

Prefeitura inicia obras do PAC, em BH, com a canalização de córregos A Prefeitura de Belo Horizonte deve receber cerca de R\$ 300 milhões para serem aplicados em saneamento e habitação na capital e outros R\$ 300 milhões para obras em parceria com a Prefeitura

Assunto:

Notícias da Câmara - 02/05/07



Três dessas obras já foram iniciadas pela PBH, segundo informou o secretário municipal de Políticas Urbanas, Murilo Valadares, durante encontro realizado na sede da Sudecap, na tarde do dia 25 de abril, com a vereadora Neusinha Santos (PT), líder do governo na Câmara Municipal, e com lideranças comunitárias dos bairros Primeiro de Maio, Conjunto Jardim Felicidade (Venda Nova) e da Federação das Associações de Moradores da Região Norte.

Região Norte

Os serviços já iniciados pela PBH são as canalizações do córrego Primeiro de Maio, com investimentos de R\$ 2,2 milhões, beneficiando 3 mil pessoas; do córrego Baleares, R\$ 2,8 milhões e 4 mil moradores; e do córrego Nossa Senhora da Piedade, com R\$ 4,8 milhões e 7 mil pessoas beneficiadas.

A canalização do córrego Fazenda Velha, que corta o conjunto Jardim Felicidade, em Venda Nova, ainda não entrou no cronograma de obras. Mas as lideranças comunitárias fizeram um apelo ao secretário Murilo Valadares para que os 22 mil moradores possam receber o melhoramento dentro do PAC. Esse serviço está orçado em R\$ 12,9 milhões.

Participaram do encontro com o secretário Murilo Valadares e a vereadora Neusinha Santos as líderes comunitárias Ana Maria (Movimento Sem-Casa do Bairro Primeiro de Maio); e Brasilina Maria de Oliveira, também do Primeiro de Maio. Do conjunto Jardim Felicidade, compareceram José Américo de Souza, coordenador do Grupo Social da Igreja São Francisco Xavier; Gilmar Evangelista da Silva; Celso Olegário Siqueira; e Daniel dos Santos, presidente da Federação da Associação de Moradores da Região Norte.

Vila São José

No encontro com os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Márcio Fortes (Cidades), em 23 de abril, na sede da Caixa Econômica Federal, em Belo Horizonte, a Prefeitura de BH apresentou projetos orçados em R\$ 300 milhões.

O primeiro prevê o prolongamento da avenida Pedro II e sua ligação com a avenida Tancredo Neves, unindo a região Noroeste à Pampulha, além do saneamento e do reassentamento de 2.417 famílias da Vila São José.

O segundo projeto é a implantação do programa de urbanização Vila Viva no Taquaril e no Morro das Pedras, a exemplo do que está sendo executado no Aglomerado da Serra.

Parceria

E o terceiro projeto é a recuperação dos córregos Olaria e Jatobá, no distrito do Barreiro, beneficiando 25 mil pessoas, ao custo de R\$ 22 milhões. Entre as intervenções previstas, estão a construção da bacia de retenção, implantação de praça de lazer entre as junções dos córregos e reassentamento de moradores, que vivem em áreas de inundações. Em parceria com a Prefeitura de Contagem, a PBH apresentou o projeto de canalização do ribeirão Arrudas e a conclusão da avenida Tereza Cristina em dois quilômetros, obras orçadas em R\$ 300 milhões. Além de ajudar a despoluir a bacia do Arrudas e completar a rede de esgotos daquela região, vai criar outra ligação viária entre BH e Contagem.

Informações na Coordenadoria de Comunicação Institucional (3555-1105/1216)

Rotary abre conferência com plantio de muda de pau-brasil na Câmara

A Câmara Municipal foi palco da abertura da XXI Conferência Distrital do Rotary Internacional. Na ocasião o presidente da Casa, vereador Totó Teixeira (PR), o governador do distrito 4.760 do Rotary Internacional, Adauto Mansur Árabe, e uma comitiva de rotarianos plantaram uma muda de pau-brasil no jardim da Câmara Municipal. O plantio aconteceu neste sábado, 28 de abril, às 16:30 horas. A sugestão do evento partiu do vereador Elias Murad (PSDB), sócio-honorário do Rotary Clube de Belo Horizonte.

Elias Murad foi associado da entidade por 20 anos e também chegou à presidência. ?O clube é um prestador de serviços à comunidade, colaborando nos eventos sociais e programas humanitários?. Ele aponta o sucesso do Programa Pólio Plus ao Rotary, principalmente o internacional. A intenção na época foi proteger as crianças contra as seqüelas da pólio. Com o esforço da instituição e demais agências parceiras, conseguiram reduzir em 99% o número de ocorrências da doença no mundo.

Os rotarianos participaram dessa ação na Câmara Municipal pela preservação do meio-ambiente, que simboliza uma das frentes de trabalho desenvolvidas pela organização. A conferência aconteceu de 28 de abril a 1º de maio em Belo Horizonte, no Grandarrel Minas Hotel e contou com a presença de cerca de mil associados dos 85 clubes, de 55 cidades de Minas Gerais.

Informações no gabinete do vereador Elias Murad (3555-1301/1302)

Lei vai garantir o sossego dos belo-horizontinos

Belo Horizonte é considerada a segunda cidade mais barulhenta do País, perdendo apenas para Belém (PA). Segundo estudos feitos pelo professor Fernando Pimentel de Souza, da UFMG, autor do trabalho ?Perturbação do sono pelo Ruído?, bastam 32 decibéis para acordar alguém. Então, imagine ter que conviver com um barulho, às 3 horas da madrugada, na casa dos 68 decibéis. E, como se não bastasse o sono perdido, ter ainda que suportar algazarras, veículos barulhentos e até disparos de armas de fogo.

Após ter recebido mais de 500 e-mails de belo-horizontinos reclamando do barulho provocado por casas de espetáculos, boates e bares, a vereadora Elaine Matozinhos (PTB) requereu à Câmara Municipal uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que contou com a assinatura de dois terços dos membros da Casa (maioria qualificada). O objetivo foi investigar o descumprimento das leis que protegem o sossego público.

A Comissão ouviu autoridades municipais, proprietários de casas noturnas e moradores vizinhos aos estabelecimentos e constatou que, na maioria dos casos, o nível dos ruídos ultrapassava o limite permitido de 50 decibéis em horário noturno. ?O barulho constante, à noite, como muitas pessoas têm vivenciado em Belo Horizonte, pode levar à loucura e, de acordo com especialistas, é considerado como a forma mais comum de tortura, alertou Elaine Matozinhos?.

Irregularidades

A partir do relatório final da CPI, apontando irregularidades e o descumprimento da legislação por parte do Shopping Falls, localizado na zona sul da cidade, a vereadora apresentou à Câmara Municipal projeto de lei dispendo sobre condições básicas de proteção ambiental contra a poluição sonora. Depois de discutido e aprovado pelos vereadores, o projeto foi transformado em lei, promulgada pelo presidente da Casa, vereador Totó Teixeira (PR) e publicada no dia 28 de abril, no Diário Oficial do Município (DOM). Agora, a Prefeitura tem 120 dias para se adequar e fazer cumprir a nova

legislação.

Bem-estar público

De acordo com a lei 9.341, a emissão de ruídos e sons em decorrência de quaisquer atividades exercidas em ambientes confinados ou não no Município, deverá obedecer aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos por essa lei, sem prejuízo da legislação federal e estadual. Proíbe a emissão de sons ou vibrações, produzidos de qualquer forma, por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que ponha em perigo ou prejudique a saúde individual ou coletiva; que cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas; incômodo de qualquer natureza ou perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos que ultrapasse os níveis fixados pela lei.

Penalidades

Comprovado o descumprimento da norma serão aplicadas as seguintes penalidades: multa, intimação, interdição parcial da atividade, interdição total da atividade, apreensão da fonte produtora de som e ruído e até a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento. O valor das multas poderá variar entre R\$ 2,5 mil a R\$180 mil.

A vereadora Elaine Matozinhos acredita que os valores estipulados para as multas farão com que a poluição sonora seja efetivamente controlada em Belo Horizonte. ?A nossa legislação ambiental é muito obsoleta. Para se ter uma idéia, a lei que rege esta questão, na cidade, foi promulgada há 59 anos e as multas tinham valores irrisórios?, afirmou a parlamentar.

Ela considera que esta é a principal razão, nos últimos anos, de haver um desrespeito crescente ao sossego público. Estabelecimentos ignorando princípios constitucionais sobre propriedade privada e o Código Civil no que diz respeito ao direito de vizinhança e a lei ambiental.

Diante disso a vereadora acredita que a nova lei vai ajudar na redução da violência, já que todos sabem que a multidão e o barulho incitam os ânimos e acabam por produzir conflitos. ?A partir de agora a população de Belo Horizonte sabe que pode voltar a dormir tranqüila e tenho o sentimento do dever cumprido?, garantiu a vereadora.

Informações no gabinete da vereadora Elaine Matozinhos (3555-1102/1228)

Data publicação:

Terça-Feira, 1 Maio, 2007 - 21:00
